

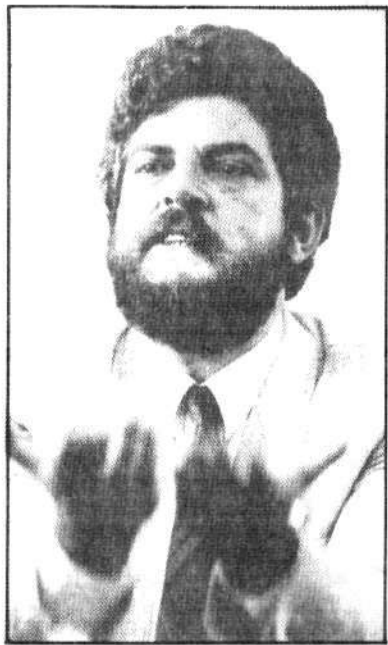
PMDB não negocia cinco pontos do Regimento

BRASÍLIA — O PMDB considera inegociáveis cinco pontos do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte: a explicitação da soberania da Constituinte, o funcionamento da Câmara e Senado em caráter extraordinário, o direito de iniciativa popular para propostas, a abertura para realização de plebiscitos sobre dispositivos da nova Carta e o quorum de maioria simples nas comissões da Assembleia.

Essa foi a orientação transmitida pelo Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, ao Deputado Antonio Britto (RS), no exercício da liderança enquanto Luiz Henrique não retorna de Santa Catarina.

— Esta negociação não se completará sem que sejam atendidos os pontos considerados fundamentais pelo PMDB — avisou Britto, informando que todos os Deputados estão sendo convocados para estar em Brasília segunda-feira, para a votação do Regimento na terça, dia 10.

Quanto à polémica causada na questão da soberania em torno das palavras “sobrestar” ou “salvaguardar”, que seriam usadas no artigo 57 para impedir atos do Executivo que ameacem o funcionamento da Constituinte, Britto afirmou que para o PMDB não importa ficar discutindo termos. O partido quer assegurar no dispositivo uma definição que, somada ao preâmbulo do Regimento, permita à Constituinte “exercer sua soberania para reagir, defender-se, proteger-se e atuar contra eventuais ameaças”.



Britto explica a posição do partido

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, reafirmou ontem que o Presidente Sarney quer mesmo o aproveitamento da emenda do Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) no artigo 57, utilizando a palavra “sobrestar” antes de “medidas que possam ameaçar a soberania da Constituinte”. O Governo admite, no entanto, a alteração no texto, desde que não implique em redução de sua objetividade.

PFL espera ter o apoio do PDS e PTB

BRASÍLIA — O PFL está empenhado em ter o reforço do PDS e do PTB nas teses que pretende defender na Constituinte. O primeiro passo nesse sentido consiste no estreitamento das relações entre os partidos, que já começa com a decisão do Líder José Lourenço de consultar os Líderes do PDS, Amaral Netto, e do PTB, Gastone Righi, antes de fechar qualquer acordo com o PMDB para aprovação do Regimento Interno da Constituinte.

Amaral Netto garante, contudo, que esta aproximação entre o PDS e o PFL quanto a pontos do Regimento Interno é “circunstancial” e não significa qualquer sinal de uma possível aliança entre os dois partidos.

— Só se eles quiserem voltar — ironizou.

José Lourenço, por sua vez, afirmou que na Constituinte “desaparecem as siglas partidárias e surgem os grandes blocos”. O Presidente e Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, não esconde, entretanto, seu ressentimento para com o PFL na condução das negociações com os demais partidos para aprovação do Regimento Interno.

— Só depois que os grandes decidem, eles vêm nos comunicar — reclamou Passarinho, referindo-se às negociações entre o PFL e o PMDB em torno dos pontos polêmicos do Regimento.

Governo agirá diante de propostas da Constituinte que possam afetá-lo

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto pretende influir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte sempre que estiver em exame qualquer proposta que signifique “uma intervenção brusca” no Governo. Segundo o entendimento dominante no Palácio, o Governo do Presidente José Sarney está legalmente constituído e é mantido por uma Constituição em vigor, a Carta de 67, e por isso acredita que não pode ficar inerte diante de medidas que possam afetá-lo diretamente.

Essas informações foram prestadas ontem pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, ao explicar porque se tornou inaceitável para o Palácio do Planalto a aprovação do Regimento Interno da Constituinte, nos termos do substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso. O projeto, que é apoiado pelo Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, permite que a Assembleia interfira nas ações governamentais, bastando para isso que considere alguma decisão do Presidente assunto de “interesse relevante”.

— A redação proposta no substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso constituiria fator de desestabilização da transição proposta pelo Governo — afirmou Sant'Anna.

O Governo, por outro lado, não

Foto de Gustavo Miranda



Sant'Anna fala sobre Regimento

traçou uma linha especial de conduta em relação ao funcionamento do Congresso, que pelo projeto de Fernando Henrique ficaria virtualmente paralisado durante os trabalhos da Constituinte. A decisão sobre essa questão é da exclusiva competência da Câmara e do Senado, segundo Carlos Sant'Anna.

Ele justificou, entretanto, a interferência do Executivo sobre o Legislativo no caso das medidas que possam afetá-lo diretamente: “É uma postura digna”.